

Contribuições do Programa de Educação Tutorial (PET) para a formação do/a pedagogo/a na FaE/UEMG: um relato de experiência

Daniela Amaral Silva Freitas¹, Ayana Omi Amorim de Oliveira², Eliete Batista de Paiva³, Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva⁴, Polyane de Aquino Cipriano⁵, Priscilla Costa Faustino⁶, Ranna Alves⁷, Rebecca Schirmer de Souza Vasconcelos⁸, Stephanie Queiroz de Assis Marques⁹

Resumo

Este texto tem como objetivo, apresentar as experiências vivenciadas por alunas-bolsistas do Programa de Educação Tutorial e relatar de que maneira o programa pode contribuir não só para a formação docente, mas também, para uma formação para a vida, uma vez que amplia o olhar dos(as) alunos(as) para a temática étnico-racial, problematizando-a no campo educacional e social. Primeiramente foram apresentados relatos de experiências, escritos a partir de observações realizadas por alunas bolsistas do PET, que retratam episódios de preconceito e a discriminação racial que acontecerem em diferentes escolas de Belo Horizonte

1 Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e ex-tutora do PET da FaE/UEMG; Mestre e doutora em Educação pela FaE/UFGM.

2 Graduada em Pedagogia pela FaE/UEMG e ex-bolsista do PET.

3 Graduada em Pedagogia pela FaE/UEMG e ex-bolsista do PET.

4 Graduada em Pedagogia pela FaE/UEMG e ex-bolsista do PET.

5 Graduada em Pedagogia pela FaE/UEMG e ex-bolsista do PET.

6 Graduada em Pedagogia pela FaE/UEMG e ex-bolsista do PET.

7 Graduada em Pedagogia pela FaE/UEMG e ex-bolsista do PET.

8 Graduada em Pedagogia pela FaE/UEMG e ex-bolsista do PET.

9 Graduada em Pedagogia pela FaE/UEMG e ex-bolsista do PET.

e região metropolitana. Em seguida, foram apresentadas cenas de racismo vivenciadas por essas alunas na família, na rua, em instituições e no cotidiano em geral. Na sequência de cada bloco de cenas foram tecidos alguns breves comentários que situam e problematizam os relatos.

Palavras-chave: Relações Étnico-raciais. Formação de professores/as. Racismo.

1. Introdução

Há catorze anos, a Lei nº 10.639/03 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, com o intuito de fazer um reparo social e de reescrever uma história marcada pela discriminação e exclusão dos/as negros/as brasileiros/as. Entretanto, mesmo após mais de uma década da criação da Lei, ainda são grandes os desafios para se trabalhar essa temática nas escolas. Apesar do/a professor/a ocupar um lugar central e estratégico para educar para as relações étnico-raciais, muitos não foram e não estão sendo preparados/as para esse trabalho. Isso se dá, em grande parte, pelo silenciamento da temática nos currículos dos cursos de graduação em Pedagogia. Conforme aponta Munanga (2005) muitos/as professores/as não receberam na sua educação e formação “o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional”. Assim, uma das primeiras ações a ser tomada para que de fato a Lei nº 10.639/03 seja cumprida nas escolas, é problematizar e implementar mudanças nesses currículos, isto é, investir na formação docente, preparando os/as docentes para um trabalho efetivo para a educação para as relações étnico-raciais.

Nesse sentido, o Programa de Educação Tutorial (PET), desenvolvido na Faculdade de Educação, *campus* Belo Horizonte, da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/CBH/UEMG), desde abril de 2013, tem como eixo articulador o tema da “Educação das relações étnico-raciais na educação infantil”. Com o título de “Formação docente para o trabalho com relações étnico-raciais na educação infantil: uma proposta de fortalecimento acadêmico e de combate às desigualdades raciais”, uma de suas principais metas é aprofundar o estudo e a reflexão em torno de um conjunto de referências, sobre as relações étnico-raciais, capazes de contribuir para a qualificação da intervenção a ser feita pelo/a professor/a no âmbito dessa primeira etapa escolar.

O PET é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que visa realizar o modelo de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da

extensão. Vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, além de um incentivo à melhoria da graduação, o programa procura estimular a criação de um modelo pedagógico para a universidade, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. As ações desenvolvidas pelo Grupo PET da FaE/UEMG visam a contribuir para a formação do/a pedagogo/a, à medida que promovem: a formação acadêmica das integrantes do grupo – alunas/os do curso de pedagogia, para o trabalho com a diversidade racial na educação infantil; a divulgação e o esclarecimento, entre a comunidade acadêmica, sobre os complexos processos que envolvem a educação e as relações étnico-raciais no Brasil. Entre os desdobramentos das ações do PET, pode-se apontar: criação de um grupo de estudos cujo objetivo é ler e discutir textos teóricos sobre as relações étnico-raciais e a educação, e conhecer materiais pedagógicos para se trabalhar a temática em sala de aula; maior presença da temática da diversidade nas discussões e nas atividades dentro e fora da sala de aula; influência na definição do tema de Trabalho de Conclusão de Curso e promoção de momentos formativos tanto na instituição como em outros espaços educativos.

Este texto tem como objetivo, apresentar as experiências vivenciadas por alunas-bolsistas do Grupo PET e relatar de que maneira o programa pode contribuir não só para a formação docente, mas também, para uma formação para a vida, uma vez que amplia o olhar dos(as) alunos(as) para a temática étnico-racial, problematizando-a no campo educacional e social. Primeiramente serão apresentados relatos de experiências, escritos a partir de observações pelas alunas bolsistas do PET, que retratam o preconceito e a discriminação racial em diferentes escolas. Em seguida, serão apresentadas cenas de racismo vivenciadas por essas alunas na família, na rua, em instituições e no cotidiano em geral. Na sequência de cada bloco de cenas serão tecidos alguns breves comentários que situam e problematizam os relatos.

2. Preconceito e discriminação na escola

Quando se fala em preconceito, pode-se estar referindo a uma série de fatores. Há aqueles/as que têm preconceito com relação a pessoas

pertencentes a uma classe social mais baixa; àqueles/as que têm uma religião diferente da sua; a como diferentes pessoas vivem sua sexualidade, entre outros. Guimarães (2004) pontua que preconceito é um termo significa o ato de julgar sem antes conhecer, isto é, a prática de formar uma opinião precipitada sobre algo.

Entre os diferentes tipos preconceitos, o que nos interessa neste texto é o preconceito racial, que pode ser definido como a “crença prévia (preconcebida) nas qualidades morais, intelectuais, físicas, psíquicas ou estéticas de alguém baseada na ideia de raça” (GUIMARÃES, 2004, p.18). Por exemplo, pode-se julgar, com base nesse preconceito, “os negros feios, ou menos inteligentes, ou menos trabalhadores, ou fisicamente mais fortes” (GUIMARÃES, 2004, p.17). Assim, “o preconceito surge como uma relação de contato sociocultural, entre um sujeito e outro; no entanto, um detém um conceito prévio sobre o outro, determinado por valores sociais, em função de informações falsas, de crenças infundadas” (FONSECA, 2008, p.38). Não são poucos os episódios observados na escola nos quais essas informações falsas e essas crenças infundadas se materializam em comportamentos e ações concretas, isto é, em discriminação.

Assim como o termo preconceito, há diferentes tipos de discriminação. Fonseca (2008) chega mesmo a apontar que o ato de discriminar, de diferenciar, faz parte da nossa existência. O problema ocorre, segundo o autor, quando implica o prejuízo de um/a e o favorecimento de outro/a, quando “estabelece uma lógica de exclusão e de inserção na participação da vida em sociedade” (FONSECA, 2008, p.36). Quando há o “tratamento diferencial de pessoas baseado na ideia de raça, podendo tal comportamento gerar segregação e desigualdades raciais” (GUIMARÃES, 2004, p.18), tem-se a discriminação racial.

O preconceito e a discriminação racial permeiam as relações sociais e, conseqüentemente, as estabelecidas na escola. Estão presentes em livros e materiais didáticos, em brincadeiras, nos contatos que se dão entre os/as alunos/as e entre alunos/as e professores/as, na dinâmica cotidiana da sala de aula etc. Isso pode ser observado desde a primeira etapa da educação, como se pode observar nas cenas a seguir:

Cena 1: Rosa claro é igual a “cor de pele”? De quem?

Na sala de aula da 4ª série, a professora pediu aos alunos que fizessem um desenho que representasse “você e sua família”. Uma aluna negra, acostumada a usar o lápis “cor de pele” pensou que talvez o marrom representasse melhor o tom da sua pele. Entretanto, ao pegar o lápis marrom, foi repreendida pela professora que disse: “Não colore com esse não...fica feio! Você sabe que pra ficar bonito tem que ser com este”, e aponta para o lápis rosinha, comumente apelidado de “cor de pele”. Acuada, a menina guarda o lápis marrom e faz o que foi indicado.

Cena 2: Água? Preconceito? O que se trabalhar na Educação Infantil?

Em uma escola particular de Belo Horizonte, em uma turma com crianças de 4 a 5 anos, as professoras responsáveis pela turma discutiam com as crianças sobre a importância da água. Em certo momento, uma funcionária da escola entrou na sala de aula para repor os galões de água. Abraçando a oportunidade, a professora convidou a funcionária, jovem e negra, a relatar porque ela achava a água importante. Após finalizar sua fala exemplar, a funcionária mexeu carinhosamente no cabelo de um dos alunos. O colega ao lado dele, então, com cara de nojo, comentou: “Ew!! Ela te encostou”. Vários comentários foram feitos a respeito da cor de pele da funcionária, em sua maioria, comentários preconceituosos e discriminatórios. Ofendida, a funcionária saiu rapidamente da sala, sem que houvesse intervenção da professora naquele momento.

Cena 3: Espelho quebrado

Na turma de uma escola pública infantil de Sabará, em um momento de jogos e brincadeiras, foi possível perceber que duas alunas estavam evitando contato com uma terceira menina pelo fato dela ser negra. Observando a cena, o que mais intrigou foi o fato de uma das meninas, que discriminava a colega, ser também negra. Ela demonstrava aversão à criança que possuía características raciais semelhantes às suas próprias. Pensamos em como seria o desenvolvimento da autoestima naquelas duas crianças. A questão racial passou despercebida pela educadora que as acompanhava, além de não intervir na ocasião, demonstrou

que naturaliza situações como a retratada, em que há exclusão entre as crianças.

Cena 4: Da negação a autoafirmação

Há dois anos uma pesquisadora do PET diz que foi feita a contação da história do livro de Ana Maria Machado, *Menina bonita do laço de fita* em uma turma de Ensino Fundamental. Eles adoraram. Mais tarde, porém, uma das alunas se aproximou e disse: “Eu não gosto de ser preta”. A primeira reação da professora foi de desconforto, ficando um tempo calada, sem saber ao certo como agir. Disse que ela era linda do jeito dela e que ela deveria se amar e se aceitar do jeito que Deus a fez e encerrou a discussão. Hoje, após a inserção no Grupo PET, a postura dessa pesquisadora é diferente. Este ano ela passou para seus alunos um filme que tem como protagonista uma menina negra. Durante o filme, uma de minhas alunas disse: “Olha! O cabelo dela é igual ao meu!”. Outra criança complementou: “É bonito!”.

As quatro cenas relatadas aconteceram em escolas públicas e particulares, de educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental, da região metropolitana de Belo Horizonte e revelam o que muitas pesquisas já mostraram: que o preconceito e a discriminação estão presentes nos espaços escolares e que muitos/as os/as professores/as não possuem formação suficiente para agir frente a tais situações, ou mesmo sequer percebê-las.

Na primeira cena, a professora reitera uma ideia bastante comum em nossa sociedade, a de que a pele das ilustrações de pessoas deve ser colorida com o rosa claro. Carvalho (2005) aponta que essa identificação (rosa claro = “cor de pele”) “só é possível devido ao sentido universal da branquitude, que estabelece essa tonalidade como cor da pele normal dos seres humanos”, como se ser branco fosse a regra. Ao fazer isso, a professora acaba não só negando à criança o direito de escolher a cor para se autor-representar, como desqualificando a cor que mais se aproxima do tom de pele da criança.

Nas cenas 2 e 3, observa-se flagrantes de discriminação. Na cena 2, observa-se a discriminação de uma criança com relação a uma funcionária

da escola e, na cena 3, a discriminação entre crianças, evidenciando que desde a educação infantil essas aprendem e começam a externar o preconceito racial. Nas duas situações, as professoras, talvez por não saberem como agir, ou mesmo por não perceberem a gravidade do ocorrido, são omissas, silenciam e não intervêm. Isso não indica uma postura neutra. Conforme aponta Santana (2010, p.40), as professoras acabam por “favorecer a discriminação quando silenciam diante da diversidade e da necessidade de realizar abordagens de forma positiva, ou quando silenciam diante da realidade social que desvaloriza as características físicas das crianças negras”.

Na quarta cena, observa-se uma mudança de postura da aluna do PET, como professora. No primeiro momento, ela demonstra não saber como agir, devido à falta de informação e de formação frente à declaração da criança negra que se acha feia. Apesar de intervir, sua ação é tímida e ela se sente desconfortável. No segundo momento, ela mostra como os significados sobre a estética negra se estabelecem de um outro modo, quando se tem uma prática que promove a educação para as relações étnico-raciais. As crianças além de se autorreconhecerem negras, destacam a beleza do cabelo crespo. A participação no PET proporcionou a ela conhecimentos que lhe possibilitaram intervir no cotidiano escolar não apenas de forma coerciva ou neutra, mas de forma preventiva, crítica e consciente, levando seus/suas alunos/as a reconhecerem e a valorizarem a beleza e a cultura negra.

De modo geral, os quatro relatos revelam a existência de situações que envolvem preconceito e discriminação no espaço escolar. A omissão ou o silenciamento frente a situações como as retratadas acarretam “inúmeras desvantagens para o grupo negro e para toda a sociedade brasileira, direta ou indiretamente” (CAVALLEIRO, 2006). O ideal seria que o/a professor/a estivesse preparado/a para “lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional”. (MUNANGA, 2005, p.15) Diante disso, reitera-se a necessidade de uma melhor formação dos/as professores/as

e, conseqüentemente, de políticas públicas que atendam essa necessidade para que se possa, por meio da valorização das diferenças, combater e prevenir o preconceito e a discriminação racial na escola e na sociedade.

3. Situações de racismo no cotidiano

Apesar da ciência ter comprovado a inexistência do conceito biológico de raça humana, que foi utilizado em contextos de dominação de determinados grupos (considerados inferiores) por outros (considerados superiores), o conceito “raça” ainda continua a ser utilizado, todavia, em uma outra concepção, ancorada em sua dimensão social e política (GOMES, 2012). Trata-se de um “termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade” (GOMES, 2012, p.45).

Em função do racismo existente em nossa sociedade, os negros e as negras sofreram e ainda sofrem rejeição verbal, evitação, agressão física (MUNANGA, 1990, p.53) devido à cor da sua pele e a seus traços fenotípicos. Isso porque o racismo trata-se de “uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais” (MUNANGA, 2015, p.5). O racismo, infelizmente, ainda está arraigado na sociedade e se mostra a todo o momento, como nas cenas a seguir:

Cena 5: De coleira a colar...

Em uma visita ao Palácio das Artes para apreciar a exposição “Genesis” de Sebastião Salgado, ao chegar ao piso inferior, onde estavam as imagens sobre áreas remotas do continente africano, deparei-me com a fotografia de uma mulher negra, que estava lindamente retratada com adornos e um objeto volumoso ao pescoço. Observando a imagem também estavam um menino e sua mãe, bem ao meu lado (ambos apresentavam pele clara). A criança, ao ver a fotografia, disse: “Olha

mãe, o que eles fazem com os negros! Eles amarram... Nossa! Olha!!!". Percebi que o menino não havia compreendido muito bem o que viu, mas a mãe ficou em silêncio, dando sinais com a cabeça, concordando. Senti então a necessidade de intervir, dizendo: "Olha, não é bem isso, isso é só um colar, olha só, os meninos também usam. É só como eles se vestem lá". Ele me respondeu com voz baixa, de quem realmente estava vendo direito: "Ah! É...". Diante da situação, fiquei intrigada, tanto com o olhar estereotipado do menino, quanto com a posição indiferente e apática da mãe.

Cena 6: Branco com branco, preto com preto: que cores combinam?

Cresci pressupondo que "o preto e o branco não combinavam, que só cor repetida combinava, branco com branco, preto com preto". Usava sempre esmalte de cor preta nas unhas, fato que fazia alusão à errônea concepção de que a convivência entre os grupos étnico-raciais diferentes, como negros e brancos, não pode ser positiva e harmoniosa, pois ambos não "combinam". No entanto, eu, negra, cresci e descobri que ser negra é mais do que apenas ter a cor de pele escura. O cabelo, as características físicas e a história de meus antepassados também são fatores que me fazem negra, assim, desvesti-me do preconceito que me fazia negar minha própria negritude.

Cena 7: A In(desin)formação no curso de Formação

Quando cursava o terceiro período do curso de Pedagogia, um professor solicitou que fosse realizado um trabalho sobre o histórico da educação em nosso país. A turma se dividiu em alguns grupos para que pudesse levantar os dados e apresentá-los na próxima aula. Durante a apresentação do trabalho, foram expostos dados estatísticos que demonstravam que, no decorrer dos séculos, os negros sempre tiveram a maior taxa de analfabetismo, o que causou o espanto de muitos na turma e gerou uma discussão a respeito. Uma aluna em particular julgou essa informação como um ato de preconceito e discriminação do grupo que a apresentou, talvez por não ter conhecimento do cenário histórico da educação em seu país.

Cena 8: Sobe e desce

Cresci com pessoas extremamente conscientes em relação ao local ocupado pelo negro na sociedade. Hoje sou aluna do curso de Pedagogia em uma Universidade Pública e bolsista do PET. Com o objetivo de me tornar educadora e contribuir para uma educação libertadora, venho suportando ofensas, perguntas preconceituosas e racistas dentro da Faculdade. Recentemente dentro do elevador da instituição, fui abordada por um senhor que me perguntou se eu era a ascensorista, pois na cabeça dele, eu, como mulher, jovem e negra, não poderia ser aluna. Que se empoderem as NEGRAS e NEGROS nas universidades e instituições de ensino neste País!!

Cena 9: Mãe? Empregada doméstica? Pobre? Lugares atribuídos à mulher negra

No começo do primeiro semestre de 2015 estava indo para a aula de inglês. A escola fica localizada em um bairro de classe média alta em Belo Horizonte, minha aula começava às 17 horas, o mesmo horário em que muitos funcionários de vários setores estão “largando serviço”, como costumamos dizer em Minas Gerais. Enquanto caminhava pela rua, uma senhora branca, me chamou e perguntou se eu tinha filhos. Respondi que não, mas a curiosidade de saber o porquê daquela pergunta não me deixou continuar caminhando. Com muita rapidez, muitos pensamentos começaram a correr na minha cabeça, coisas como: “Será que ela pensa que por estar na rua dela a essa hora, eu devo estar saindo do trabalho na casa de alguém?”; “Será que ela quer mesmo ajudar alguém?”; “Será que ela pensa que por ser negra, preciso de doações?”. Todavia, lembrei-me de tudo que havia vivido até aquele momento (experiências familiares, artigos lidos, processos de formação...), dei meia volta e perguntei o motivo da pergunta. A senhora me disse que havia separado alguns pijamas da filha mais nova dela e queria doar para alguém que precisasse. Respondi educadamente à senhora: “Por que a senhora acha que preciso de doação? A senhora pensa que sou doméstica, neh!?”. Ela ficou desconcertada e tentou se explicar.

As cenas retratadas evidenciam como o racismo está presente em diferentes lugares e atinge de diferentes formas o/a negro/a. A cena

5, por exemplo, evidencia que a visão do/a negro/a como escravo/a (na verdade, escravizado/a), ainda faz parte do imaginário de grande parte da sociedade e vem à tona em situações corriqueiras, como na interpretação errônea que uma criança fez da fotografia de uma mulher negra. No caso, se dependesse da mãe, esse estereótipo seria confirmado, pois ela se silencia diante de um desconhecimento do filho a respeito das culturas e das histórias africanas e afro-brasileiras. Todavia, uma integrante do PET, que teve por meio do grupo, acesso a conhecimentos sobre a cultura africana e afro-brasileira, interveio, explicando a fotografia à criança, ajudando-a a superar uma visão equivocada. Se a aluna bolsista tivesse se silenciado, poderia contribuir para que aquela criança construísse “a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente [...] conformando a divisão e a hierarquização raciais” (CAVALLERO, 2006, p.23).

Se na cena 5, a aluna do PET interveio na concepção de mundo do outro, na cena 6 é a própria aluna que muda a forma de compreender o mundo, sua história, sua imagem. Apesar de ser uma experiência singular, ela tematiza o que muitos/as brasileiros/as vivem ao não se reconhecerem e/ou não se valorizarem como negros/as. A criança, ao selecionar a cor de esmalte, reproduz o pensamento de segregação racial que ainda circula em nossa sociedade. Após estudos e leituras sobre as relações étnico-raciais, ela pôde ressignificar sua compreensão de mundo e se posicionar de forma afirmativa como negra.

Na cena 7, percebe-se o quanto a falta de informação pode gerar equívocos de interpretação. De acordo com o relato, o grupo estava apresentando dados do cenário histórico da educação brasileira ao mencionar que a maior taxa de analfabetismo sempre foi a da população negra. A apresentação desse dado não é um ato de discriminação, não indica racismo, e sim os fatos históricos que contribuíram para que ele existisse. Conhecer a desigualdade em que se encontra a população negra, não só no cenário educativo, mas também com relação a salários, acesso à saúde, entre outros, é uma forma de se ter argumentos para se exigir igualdade de direitos, conforme prevê a constituição do Brasil.

Diante do relatado da cena 8, percebe-se que ainda há pessoas que não conseguem ou não querem ver o/a negro/a ocupando espaços de

poder, como as salas de aula de uma universidade, apesar de serem espaços públicos que lhes pertencem como cidadão/cidadã. Tal fato leva o senhor, no episódio relatado, a não conseguir enxergar a mulher negra como universitária, o que o leva a identificá-la como ascensorista. O PET desenvolvido na FaE/UEMG luta contra isso, ao ter como um de seus objetivos contribuir para o fortalecimento acadêmico e para o processo de construção da identidade racial e profissional das estudantes-bolsistas. Nesse sentido, o acesso e a permanência dessa aluna na universidade, ou melhor, na área da educação, contribui para transformar, mesmo que lentamente, a pirâmide social, uma vez que a educação é uma arma capaz de coibir a ignorância social e política e transformar o mundo.

Tanto na cena 7, quanto na cena 8, é possível observar que, mesmo em um ambiente reconhecido como um lugar de conhecimento, ainda se observa o racismo atuar. Falta informação e conscientização a respeito das culturas e das histórias dos/as africanos/as e afro-brasileiros/as. Falta um combate aberto ao preconceito e aos atos de discriminação racial. Falta a lei nº 10.639/03 fazer parte de fato do currículo da Faculdade de Educação. Tais faltas reverberam no dia a dia, como na cena 9, na qual uma senhora branca aborda uma das bolsistas do PET, negra, para lhe oferecer doações. Apesar da boa intenção da senhora, a de doar roupas, ela reproduz na sua ação a visão do/a negro/a como servo/a, como pobre, como aquele/a que precisa de ajuda. Uma mulher negra, na rua, naquele horário, só podia ser, na cabeça daquela senhora, empregada doméstica, não uma aluna universitária que seguia para o curso de inglês. A ação da aluna ao devolver a pergunta para a mulher: “Por que a senhora acha que preciso de doação? A senhora pensa que sou doméstica, neh!?”, desestabiliza o olhar cristalizado da senhora sobre os lugares que a mulher negra ocupa, contribuindo também para uma desconstrução, mesmo que micro, mas extremamente necessária, do racismo.

De modo geral, a participação como bolsistas no PET acarretou transformações no âmbito pessoal, profissional e acadêmico de todas as envolvidas. Mudanças qualitativas, somadas às experiências singulares de cada integrante, proporcionaram o crescimento do grupo e a reflexão sobre a diversidade. A partir dos estudos e discussões sobre textos

que trabalham a temática das relações étnico-raciais, foram realizadas intervenções também em escolas e na própria academia, contribuindo para a divulgação da importância e da necessidade de se preparar o/a pedagogo/a para trabalhar, de forma consciente e informada, as relações étnico-raciais na sociedade atual. Assim, o PET contribui positivamente para que as bolsistas que presenciam e/ou vivenciam fatos que retratam o preconceito, a discriminação e o racismo não apenas não se silenciem diante da situação, mas consigam intervir, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos/as tenham o mesmo tratamento, o mesmo valor, os mesmos direitos.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2006.

CARVALHO, Marília Pinto. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**, n.28, p.77-95, jan./ abr. de 2005.

FONSECA, D. José. História da África e Afro-Brasileira na Sala de Aula. In: São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio/ SME – SP: SME/DOT, 2008.**

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Racismo: da desigualdade à intolerância. São Paulo: **Perspectiva**, v.4, n.2, p.51-54, abr./jun. 1990.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Inclusão social**: um debate necessário. 2015. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em 01 nov. 2015.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. Educação Infantil. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010.